



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8084

Presidente da Mesa Diretora: Athos Mameluque Mota

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Edwan Carlos de Quadros Lopes

Data: 17/08/2010

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 81/2010. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal à “Comunidade Terapêutica Estrela do Oriente”. (Referente à Lei nº 4.264, de 20/09/2010).

Controle Interno – Caixa: 25.9

Posição: 11

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Utilidade pública
Cl: 25.9
Ordem: 11
nº fls: 33



71/2010

14.09.2010

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 81/2010

AUTOR:

Ver. Edwan Carlos de Quadros Lopes

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à
Comunidade Terapêutica Estrela do Oriente.

Entrada em 17/08/2010
Comissão de Legislação e Justiça

MOVIMENTO

- 1 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 2 - EM 14.09.2010.
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DOVEREADOR EDWAN DO DETRAN

PROJETO DE LEI Nº 81/2010

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova, e eu Prefeito Municipal de Montes Claros sanciono a seguinte Lei;

Artigo 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal, a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de “**Comunidade Terapêutica Estrela do Oriente**”, inscrita no CNPJ sob o nº 11.204.503/0001-03, com sede na Rua Cairo, nº. 126, Roxo Verde, zona urbana de Montes Claros, Minas Gerais.

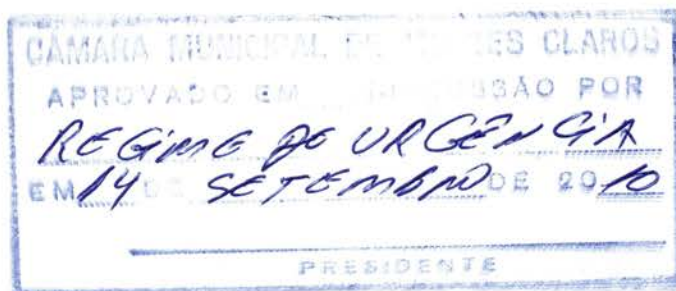
Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 10 de agosto de 2010.

Edwan Carlos de Quadros Lopes
Edwan do Detran
Vereador

Vereador – Edwan Carlos de Quadros Lopes (Edwan do Detran)







CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 081/2009 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública.” de autoria do Edwan Carlos de Q. Lopes.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 18 de agosto de 2010.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 81/2010

AUTOR: Ver. Edwan Carlos de Quadros Lopes (Edwan do Detran)

MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Comunidade Terapêutica Estrela do Oriente".

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 17/08/2010, com entrada na Sala das Comissões no dia 23/08/2010.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação de projetos.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A presente proposição tem como objetivo conceder Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Comunidade Terapêutica Estrela do Oriente.

A Comunidade Terapêutica Estrela do Oriente tem por finalidade principal a atividade de assistência social na prevenção, recuperação e reinserção social, relacionado com a dependência química de adultos e adolescentes, bem como o apoio a qualquer atividade filantrópica relacionada com a promoção humana.

Examinando a legalidade e constitucionalidade do projeto, em análise, esta Comissão verifica que o mesmo atende os requisitos legais previstos em lei para a concessão do referido título.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2010.

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto: _____

Vice-Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Maia: _____

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: _____